

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 4/22

2022/06/25



QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2022

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Pavilhão Multiusos de Paredes, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência de JOSÉ ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, secretariado por Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu e Sara Daniela Silva Castro, respetivamente primeira e segunda-secretária da Mesa.

Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, verificando-se a ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo que justificou a falta à presente sessão, mas não se fez representar.

Presenças por substituição ao abrigo do artigo 78.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro: Em substituição dos deputados Sara Cecília Pinho Leal e José Carlos Moreira da Silva da bancada do PS, os deputados, Daniela Alexandra Coelho de Sousa e Raúl Luís Ribeiro Coelho. Em substituição da deputada, Cristina Maria Valente Monteiro, da bancada do PSD, o deputado Jorge Miguel Campanhã Oliveira.

Presenças por substituição ao abrigo da alínea c) do n.º1 do artigo 18.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro: José Joaquim Leitão da Mota, Presidente da Junta de Freguesia de Gandra, fez-se representar por, Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva, Tesoureira da Junta de Freguesia, Antónia Salomé da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa, fez-se representar por Luís Celso dos Santos Garcia, Vogal da Junta de Freguesia.

Verificada a existência de quórum, pelo presidente da Assembleia foram declarados abertos os trabalhos, sendo quinze horas e dez minutos.

TOMADA DE POSSE - Foi dada posse à senhora Daniela Alexandra Coelho de Sousa que prestou juramento nos termos da Lei vigente.

Seguidamente procedeu-se à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal para eventual consulta.



Presidente da Assembleia - Informou que a coligação “JUNTOS POR PAREDES” entregou à Mesa uma proposta de VOTO DE LOUVOR ao União Sport Clube de Paredes a qual foi por si lida e cuja **admissão foi aprovada por unanimidade**.

Colocada a votação, a Assembleia **aprovou por unanimidade** a proposta de VOTO DE LOUVOR ao União Sport Clube de Paredes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervenções neste período, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal: Rui Freire, Mariana Machado Cecília Mendes, Fernando Pacheco, João Gonçalves, José Borges, Jorge Ribeiro da Silva, David Correia, Armando Leal, Rui Silva, Jorge Campanhã e Miguel Garcez.

Rui Freire (PS) - Cumprimentou os presentes e em seu nome pessoal e da em nome da bancada do Partido Socialista, felicitou o União Sport Clube de Paredes que, após um campeonato constituído por 61 equipas e ao fim de 754 jogos terminou com uma expressiva vitória de 4-0 sobre a equipa do Fontinhas dos Açores no mítico Estádio do Jamor sagrando-se vencedor do Campeonato de Portugal após ter alcançado a subida de divisão para a Liga 3. Felicitou igualmente toda a estrutura diretiva do clube bem como a sua incansável claque e sublinhou que este título foi valorizado não só em Paredes, mas também no resto do País e encheu de orgulho os paredenses. Realçou que após um grande esforço e trabalho do executivo, o União de Paredes voltará a jogar no renovado Estádio das Laranjeiras após ter sido abandonado pelo anterior executivo do PSD. Disse esperar felicitar o Rebordosa Atlético Clube pela sua mais que provável subida de divisão ao Campeonato de Portugal que as gentes de Rebordosa bem merecem, após uma longa época de disputa intensa pelos primeiros lugares e aproveitou para desejar o maior sucesso para a temporada de 2022/2023. Felicitou também o Futebol Clube de Cete que, no primeiro ano após o seu renascimento, conquistou o título na sua série e a subida de divisão da Associação de Futebol do Porto. Agradeceu a todos os dirigentes, técnicos e adeptos dos vários clubes do Concelho de Paredes pelo seu desempenho, esforço e promoção do desporto no Concelho de Paredes. Adiantou que espera que para o ano possa felicitar o maior número de clubes do Concelho pelos feitos



alcançados na vertente desportiva. Observou que o Concelho de Paredes é claramente um Concelho de gente que gosta e vive o desporto e que o atual executivo municipal não desilude os paredenses promovendo o mais variado tipo de eventos desportivos. Destacou a realização do troféu Ribeiro da Silva em ciclismo, uma clássica que homenageia uma lenda do ciclismo nacional natural de Lordelo, uma prova onde esteve presente a nata do ciclismo nacional e que foi vencida pelo paredense de Cristelo Luís Mendonça. Felicitou o Município pela realização deste evento que muito contribuiu para promover o nome de Paredes em todo o panorama velocipedico nacional. Aludiu também à realização pela 1ª vez da Taça do Mundo de Patinagem Artística, um evento que contou com a colaboração do Município de Paredes e da Associação Desportiva de Patinagem Artística de Paredes e que teve lugar no agora Pavilhão Multiusos, outro espaço abandonado pelo anterior executivo do PSD e reabilitado por iniciativa do executivo do PS. Salientou que este evento contou com a participação de 350 atletas oriundos de 13 países e destacou ainda a realização no próximo mês de julho de um grande evento de andebol, o “Paredes Handball CUP” que conta com a participação de 3.500 atletas de 300 equipas. Observou que todos estes eventos só são possíveis porque o executivo investiu, investe e vai continuar a investir numa aposta séria e rigorosa no desporto para que Paredes possa tornar-se num Concelho de referência no desporto nacional.

Mariana Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Vilela (PSD) - Cumprimentou os presentes e referiu que sendo a Assembleia Municipal o órgão máximo fiscalizador do poder executivo da Câmara Municipal, à semelhança de toda a administração pública, que se deve reger por princípios de igualdade e equidade, solicitou esclarecimentos ao Presidente da Câmara quanto aos critérios adotados para tratar de forma diferente o que é igual. Salientou que, à semelhança de assembleias anteriores, dos pontos levados a aprovação resulta a atribuição de diversos donativos às juntas de freguesia para promoção e fomentação de atividades de cariz cultural. Disse que iria cingir-se apenas ao atual mandato, antes que o Presidente da Câmara tente passar um dos seus típicos atestados, para lembrar que nas últimas assembleias foram aprovados os seguintes donativos: Gandra - IX Mostra de Artesanato (2.000 €), Torneio Rui Barros (2.000 €), Paredes - Sexta-Feira 13 (600€), Rebordosa - Festival de Teatro (8.904 €) e agora, Baltar - Noite Branca (2.000 €), Noites de Verão 22 (1.750 €), Sobrosa - Feira Quinhentista (2.000 €). Afirmou que a Junta de Freguesia de Vilela, antes do fecho do Mosteiro para obras, decidiu levar a sua habitual Feira Medieval a outro patamar e promovê-la com o tema “O Fim da Peste”, marcando o fim da



pandemia, numa clara despedida ao Mosteiro em ruínas. Acrescentou que o projeto foi apresentado pela primeira vez a 17 de janeiro sendo mais tarde instruído com plano de marketing, programa de espetáculos e animação pensada, diversificação intergeracional com um “after party” pensado para os jovens, custos associados e objetivos traçados. Salientou que o projeto foi acolhido com entusiasmo pelo Pelouro da Cultura tendo-se seguindo-se diversos contactos e reuniões para agilização do mesmo. Realçou que ao Município apenas era pedido um apoio financeiro para auxílio na ambição da realização da maior feira medieval de sempre, melhorando uma feira realizada na sua freguesia há mais de uma década e por isso, um evento reconhecido da freguesia de Vilela e do Concelho. Realçou que com a certeza de um apoio monetário por parte do Município, faltando apenas concretizar o valor, a Junta de Freguesia empenhou esforços próprios e aguardou que o assunto fosse discutido em sede própria. Citou as palavras do Presidente da Câmara na reunião do executivo decorrida a 6 de junho *“Todos os projetos que sejam apresentados pelos presidentes de junta são analisados, agora, cada caso é um caso. Em Sobrosa vai ocorrer a Feira Medieval, faz sentido ser lá, não faz sentido ser noutro lado. Cada caso é um caso, cada freguesia tem as suas características, por isso estamos cá para analisar.”* Referiu que não sabia se se tratou de um lapso, pois que, a feira medieval só faz sentido ser em Vilela onde sempre foi. Observou que foi presencialmente na passada segunda-feira que o Presidente da Câmara acabou por esclarecer que, na sua opinião, este ano o evento não se devia realizar e como tal não teria o apoio do Município com o argumento das obras e do investimento futuro. Lembrou que os 3 milhões de euros para o investimento não são ainda uma realidade pelo que em nada se prendem com o presente e que até agora a Câmara Municipal apenas despendeu tostões quando comparado com os investimentos promovidos em todo o Concelho. Salientou que o início das obras só está previsto para finais do corrente ano como foi confirmado pelo Presidente da Câmara que ainda há 15 dias participou num lanche no Mosteiro cujas instalações foram cedidas à Comissão de Festas até ao final do ano sem que a segurança ou falta dela tivesse sido posta em causa. Afirmou que caso o Presidente da Câmara pretenda continuar com o ilusório argumento do investimento futuro de milhões para justificar a falta de apoio para realizar o evento este ano, é de recordar que já foram gastos nos últimos 4 anos, na cidade onde reside, milhões de euros na abertura de estradas, construção de rotundas, obras de requalificação do Parque e construção de bar, requalificação da Casa Mortuária e aquisição de terreno para cemitério sem que deixasse de patrocinar em quase 9 mil euros um evento cultural promovido pela Junta de Freguesia. Solicitou ao Presidente da Câmara que



esclareça não a si, mas aos vilelenses sobre a verdadeira razão que o levou a indeferir o apoio solicitado pela Junta de Freguesia. Disse esperar que este facto em nada se prenda com o facto de recentemente o Presidente da Câmara ter prestado declarações no Ministério Público por violação das regras eleitorais aquando da última campanha autárquica, justamente por causa do Mosteiro. Questionou o Presidente da Câmara se iria permitir aos vilelenses o acesso ao largo interior do Mosteiro como já acontece há mais de 10 anos ou se até lá iria mudar de ideias? Realçou que quando na tomada de posse estendeu a mão ao Presidente da Câmara quis acreditar genuinamente que a missão se sobreporia à ambição do Homem e que o respeito pela coletividade fosse maior que o seu ego. Defendeu que as decisões do Presidente da Câmara não a afetavam a si, condicionam, diretamente cerca de 6.000 pessoas, pois que a Feira não pertence à Presidente da Junta, mas sim à Freguesia. Admirando a sua competência, agradeceu à vereadora Dr^a Beatriz Meireles a disponibilidade e dinamismo com que recebeu o projeto. Lamentou profundamente que o desrespeito demonstrado pelo Presidente da Câmara seja também transversal às pessoas que compõem a sua própria equipa desacreditando-a totalmente perante toda uma freguesia. Adiantou que quando achou que o seu propósito na política estava a completar-se, são os comportamentos discriminatórios como os que referiu que a impulsionavam a continuar e citou Sá Carneiro *“o que não posso, porque não tenho esse direito é calar-me seja sob que pretexto for”*.

Cecília Mendes (Juntos Por Paredes) – Cumprimentou os presentes e referiu que em 2017, em plena campanha eleitoral, o Presidente da Câmara, deu conta da importância de reordenar o acesso ao centro da cidade de Paredes uma vez que e citou palavras deste, *“ao sairmos da autoestrada somos convidados a virar à direita para irmos no sentido de Lousada e Penaafiel ou então virar à esquerda para Valongo porque temos um sentido proibido justamente no sítio onde deveríamos entrar na direção do centro da cidade.”* Questionou sobre o que foi feito para inverter esta situação e se o Concelho não estará a padecer de um desordenamento do território? Relativamente à Avenida da República, disse que com a criação de 2 sentidos em apenas uma parte da Avenida, resultaram em problemas de estacionamento, afetação da ciclovía, descontentamento dos comerciantes o que prejudicou todo o comércio local. Perguntou se com tanta desorganização do território foi realizado algum estudo posterior às alterações efetuadas na Avenida e se era intenção do Presidente da Câmara de resolver esta situação e restituir o devido valor à Avenida da República? Para quando a criação de alternativas para evitar a aglomeração de trânsito, quer junto ao Parque José Guilherme, quer junto ao Centro de Saúde de Paredes? Já se decidiu realmente em investir



num plano de mobilidade sustentável para a cidade de Paredes? Acrescentou que se está em 2022 e infelizmente continuam os problemas de mobilidade no Concelho. Fez referência à contradição entre o sucesso que foi no passado o Centro Comercial Vale do Sousa e o abandono que vigora na atualidade e adiantou que era possível fazer muito mais e muito melhor pelo desenvolvimento económico do Concelho. Referiu que o Centro Comercial Vale do Sousa foi há cerca de 40 anos considerado o ex-líbris do Concelho de Paredes e perguntou porque teimam em deixar que o mesmo continue em “estado de coma”? Observou que localizado numa das principais entradas da cidade, os paredenses são presenteados com o descuido, falta de gosto e brio, sendo esta a primeira impressão oferecida a quem visita o Concelho e que levará como recordação. Questionou se haverá coragem e vontade por parte da autarquia para, de uma vez por todas, procurar resolver este problema contribuindo para a sua reabilitação? Que projetos tem a Câmara Municipal para o Centro Comercial? Porque não a instalação neste espaço de um centro de negócios e inovação de Paredes? Realçou que se fazem muitos investimentos em novos edifícios e que se deixa aniquilar um imóvel com contexto histórico e importante e que foi o maior Centro Comercial do Vale do Sousa na década de 80. Salientou que em setembro do ano transato foi apresentado à autarquia um problema surgido na Rua do Padrão, especificamente entre a Rotunda do Marceneiro e a 1ª curva em direção a Vilela, uma reta longa, sem visibilidade e com um declive acentuado. Lembrou que a autarquia foi alertada para a colocação de lombas redutoras de velocidade devido aos acidentes trágicos do passado, ao movimento pedonal da rua, aos vários entroncamentos, à existência de zonas escolares e ao excesso de velocidade a que circulam os veículos. Realçou que o Município reconheceu o problema em relação ao qual já havia recebido várias reclamações quanto ao excesso de velocidade e ao risco que tal representa para os peões. Observou que no início de dezembro/2021, a Câmara Municipal fez saber aos moradores que solicitou um parecer à ANSR acerca da colocação de lombas redutoras de velocidade no local. Alertou para o facto de já se ter passado mais de meio ano sem que os moradores tenham obtido qualquer resposta do Município sobre o processo em causa, mesmo tendo solicitado informações. Perguntou ao Presidente da Câmara que informações dispunha para dar a estes munícipes e se já existia algum parecer da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ou se será necessário que aconteça uma tragédia para que as respostas sejam mais céleres? No que concerne à contratação pública, disse que em nome da transparência, os cidadãos devem ser informados dos processos que culminam na contratação de uma entidade, conforme o disposto nos artigos 3º a 19º do CPA. Acrescentou que



no âmbito dos processos de contratação de bens e serviços, a consulta prévia de pelo menos 3 entidades é em certas circunstâncias obrigatória acompanhada da divulgação das entidades consultadas na plataforma base – Contratos Públicos online. Realçou que em Paredes, em muitos processos tal não acontece pelo que questionou as razões deste procedimento? Adiantou que no presente mandato, mais de 1 milhão e 300 mil euros foram contratualizados pelo Município sem que estejam publicitados os candidatos e as respetivas propostas, constando somente a entidade adjudicante. Defendeu que esta situação deve ser corrigida não dando azo a más interpretações quanto à execução do processo de contratação pública do Município.

Fernando Pacheco (PS) - Cumprimentou os presentes e felicitou o executivo pelo trabalho desenvolvido em prol da Comunidade Cigana, quer a nível social, quer a nível social, quer a nível cultural. Lembrou que esta Comunidade permanece no mesmo local há 30 anos, 24 dos quais com a Câmara Municipal liderada pelo PSD com Granja da Fonseca e Celso Ferreira. Observou que esta situação na cidade de Paredes foi sempre varrida para debaixo do tapete nos executivos do PSD, a quem acusou de total irresponsabilidade, pois que, além de não a resolver, contribuíram para o seu agravamento. Realçou que 5 anos após o PS ter vencido as eleições autárquicas, pela primeira vez em Paredes este grave problema de saúde pública e paisagística no centro da bela cidade de Paredes, vai ficar resolvido com a construção das habitações sociais previstas para setembro cumprindo-se mais uma promessa eleitoral. Manifestou o grande orgulho e a enorme honra que sente pelo facto de, como deputado e membro da bancada do PS que suporta o executivo, fazer parte da solução deste problema que se iniciará pela Comunidade Cigana e se alargará a outros agregados do Concelho com mais dificuldades e necessitadas destas habitações sociais. Deu conta da sua concordância com a localização destas habitações sociais desde o início do processo, ao contrário de outros deputados que são contra a localização, mas nunca apresentaram alternativas. Acrescentou que estas habitações ficarão no mesmo local, mas com condições dignas do que devem ser as condições de vida humanas. Sugeriu ao executivo a que, no futuro, promova uma permanente fiscalização e acompanhamento eficaz às mesmas levando os seus ocupantes a cumprirem e respeitarem os seus compromissos com a Câmara Municipal. Justificou com a necessidade de que não permaneça entre os paredenses a ideia de a Comunidade Cigana não respeita os demais e não cumpre com os seus deveres. Felicitou o trabalho do executivo em especial da vereadora Dr^a Beatriz Meireles pela dedicação para com a Comunidade Cigana e a sua contínua integração.



João Gonçalves – Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira (PS) – Cumprimentou os presentes e referiu que no próximo mês de julho se iniciarão os trabalhos de infraestruturização da rede de saneamento básico nas freguesias de Sobreira e de Recarei, obras consignadas para execução em simultâneo. Observou que este facto só foi possível porque no ano 2017 os paredenses quiseram uma mudança na governação municipal. Acrescentou que esta mudança trazia consigo a génese de um modelo de governação autárquica focado e direcionado para as respostas às muitas carências e debilidades facilmente identificadas no Concelho, nomeadamente a muito insuficiente cobertura da rede de saneamento básico e de distribuição de água da rede de saneamento básico e de distribuição de água para consumo humano. Considerou que este foi um dos lamentáveis e embaraçosos paradigmas de um ineficaz modelo de gestão autárquica que, concessionando, abdicou da administração. Acrescentou que, conseqüentemente, se verificou um total desprezo pela vigilância do cumprimento dos objetivos da concessão como se pode aferir pelos baixíssimos índices de execução do objeto da concessão. Destacou a decisão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2020 que autorizou o Executivo Municipal a exercer o direito de Resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Paredes. Afirmou que esta iniciativa veio acelerar e trazer respostas a uma carência que a todos deve embaraçar e envergonhar. Salientou que quando alguém quer caracterizar uma comunidade, um País, um Concelho, normalmente coloca a ausência de saneamento básico como a prova e um dado para ser classificado como subdesenvolvido. Afirmou que num Concelho como o Concelho de Paredes que tem tantos avanços, a ausência de saneamento básico a todos deve preocupar. Realçou a coragem e a ousadia do executivo municipal para resgatar e com isso poder interferir e intervir como se prova com o arranque das obras de saneamento já citadas nas freguesias de Sobreira e de Recarei. Referiu que se os habitantes de Paredes fossem agora inquiridos sobre quais as obras ou investimentos que desejavam ver implementadas como prioridade no Concelho, a água para consumo humano e o saneamento básico indiscutivelmente assumiriam a posição cimeira na ordem das prioridades. Felicitou o executivo por inscrever no seu programa operacional o Resgate e a oportuna candidatura a fundos comunitários para a implementação do saneamento nas freguesias da Sobreira e de Recarei, pois que, se assim não tivesse acontecido o Concelho estava e estaria na dependência da boa vontade de outras opções que atrasariam e não se saberia bem para quando. Realçou que as freguesias beneficiárias do investimento estão muito gratas ao executivo não só



pela disponibilidade que passarão a ter para tratar de parte dos seus efluentes domésticos, mas também pela preservação do meio ambiente que está a ser muito afetado com impactos vários nas comunidades pela ausência de uma eficaz rede de recolha e tratamento dos efluentes domésticos. Deu conta da ação de limpeza que está a ser levada a cabo no Rio Sousa ainda que não corrija a qualidade da água, da operação de desassoreamento da Levada de Casconha e da reparação do açude que vai facilitar a recolha de água por helicópteros, vai manter o nível das águas estabilizado num ponto chave para manter os aquíferos, ou seja, vai devolver ao rio aquilo que sempre foi. Deu conta da realização das “Jornadas do Ambiente” que decorrerão na sua freguesia que se tornou numa eco freguesia e que estão programadas para os dias 8 e 9 de julho. Considerou que se trata de uma iniciativa interessante, que vale a pena acompanhar, que tem o patrocínio da Câmara Municipal e aproveitou para enaltecer o trabalho desenvolvido neste âmbito pelo vereador Dr. Francisco Leal. Adiantou que a Sobreira está focada nesta frente e prometeu trabalho no sentido de que o galardão possa ser atribuído, por mérito, à freguesia da Sobreira.

José Borges – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PS) – Cumprimentou os presentes e referiu-se a alguns eventos culturais que tiveram lugar na freguesia de Louredo nomeadamente o encerramento das visitas dos Amigos da Cultura e o workshop de património e pintura “Urban Sketchers”. Acrescentou que através da ponta de uma caneta, lápis de cor ou cera resultou um simples caderno de pintura na transformação em telas patrimoniais que ajudam a ver, de facto, o quanto o Concelho de Paredes é rico em história e em património histórico e arquitetónico. Lançou um desafio cultural à vereadora Dr^a Beatriz Meireles no sentido da aquisição e realização de uma publicação ilustrada e legendada de todas as obras que saírem deste projeto e das mãos dos seus talentosos autores. Afirmou que Paredes continua a dispor de projetos culturais e a ser um exemplo daquilo que é e de como deve ser orientada a cultura num concelho grande e importante como o Concelho de Paredes. Manifestou seu desagrado relativamente à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Vilela, pois que, não devia servir-se daquilo que acontece de bom nas outras freguesias para tentar impor o que pretende para a sua freguesia. Defendeu que todos os investimentos que se fazem nas várias áreas de intervenção dependem muito daquilo que é o Plano de Atividades e Orçamento do Concelho de Paredes que depois resultam num documento que reflete as contas do Município no final de cada mandato. Adiantou que é na Assembleia que os presidentes de Junta têm de mostrar que verdadeiramente querem investimento nas suas terras e que aqueles 2 documentos são fundamentais para a preparação das ações no futuro. Disse ter ideia



de que a Presidente da Junta de freguesia de Vilela não foi muito favorável na votação do Orçamento para a cultura que foi aprovado em dezembro último e reiterou que não é com o mal dos outros que se deve pedir o bem próprio. Salientou que é preciso insistir e lutar para se conseguir levar a cabo as atividades propostas, sendo que, deve ser valorizado o que de bom se faz nas outras freguesias. Adiantou que os milhões de euros gastos em obras na freguesia de Rebordosa tiveram o seu valor.

Jorge Ribeiro da Silva (CDS-PP) – Cumprimentou os presentes e deu conta de que o CDS-PP está solidário com o Voto de Louvor e com o tributo prestado ao União Sport Clube de Paredes pela época realizada que culminou com a subida à Liga 3 e com a vitória no Campeonato de Portugal no Estádio do Jamor. Manifestou o desejo que a secção de hóquei do União Sport Clube de Paredes consiga a almejada subida à II Divisão Nacional o que só trará boa publicidade à cidade e ao Concelho de Paredes. Adiantou que uma vez que no CDS se vive e respira a igualdade de género, aproveitava para felicitar a equipa de sub-17 de futsal feminino do Aliados Futebol Clube de Lordelo que recentemente se sagrou campeã regional e vencedoras da Taça Complementar da Associação de Futebol do Porto. Lembrou que há um ano atrás foi amplamente noticiada a instalação da fábrica do lixo na freguesia de Baltar e que ao tempo, o Presidente da Câmara anunciou que no prazo de 60 dias apresentaria à Assembleia o respetivo estudo de impacto ambiental, bem como o estudo custo/benefício que este projeto trará para a economia local. Advertiu que muito tempo se passou sem que tenha sido discutido tais estudos se é que os mesmos existem pelo que perguntou quando terá a Assembleia conhecimento do estudo de impacto ambiental e do estudo custo/benefício para a economia local que aquele equipamento trará ou não? Lembrou que tem apresentado muitas questões sobre este tema, mas que não teve ainda a felicidade de as ver respondidas pelo que voltou a questionar se a fábrica vai ter uma mini ETAR e se sim, onde vai a adutora descarregar o lixo? Pelos investimentos que os presidentes de Junta de Freguesia de Recarei e da Sobreira tanto elogiam será de presumir que o lixo irá lá desaguar? Questionou ainda se a ETAR de Rio Mau e de Lousada vai ou não ser fechada e se sim, para onde vai o lixo? Referiu que porque o Presidente da Câmara não responde apenas pelo que se passou depois de 30 de setembro último e sim desde outubro de 2017, lembrou a promessa de apoio aos jovens na criação de pequenas e médias empresas com 600 mil euros/ano. Perguntou quantas pequenas e médias empresas foram criadas com o apoio do Município e se sim, qual o montante que foi investido, pois que, da consulta da página da internet do Município, apenas se



consegue ver a Feira de Emprego que decorreu de 12 a 14 de abril de 2018? Observou que a proposta do CDS-PP para adesão à Tarifa Social da água foi aprovada pela Assembleia Municipal há 4 anos longos anos sem que tivesse havido um único paredense a beneficiar desta medida o que faria toda a diferença a cerca de 500 famílias sinalizadas em situação de carência económica. Adiantou que num concelho de governação socialista como o de Valongo, foi acordada com a empresa Be Water a atualização dos tarifários para que os seus cidadãos possam usufruir desse benefício. Acrescentou que no Município de Vila do Conde, também de governação socialista, foi acordada com a concessionária a redução de 35% no preço da água o que permitirá que a fatura da água baixe para 90% dos cidadãos do concelho de Vila do Conde. Questionou sobre quando se podia dizer o mesmo em Paredes?

David Correia (PSD) – Cumprimentou os presentes e referiu que relativamente ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, solicitou esclarecimentos quanto ao porquê de uma execução tão baixa de 71% ao nível das recitas. Observou que as receitas com ativos financeiros foram de execução zero como já se esperava, sendo que a diferença entre o executado e o orçado é superior a este valor, uma questão que podia ter sido resolvida. Acrescentou que nas palavras do Presidente da Câmara, o que antes considerou um crime, hoje considera um ato de gestão. Relativamente à questão do Rio Ferreira e do problema da ETAR de Arreigada, lamentou que continue o esgoto a céu aberto e acusou o executivo de nos últimos 5 anos pouco ou nada ter feito. Perguntou se existe algum desenvolvimento sobre este assunto? Referiu-se às provisões de 900 mil euros que o ROC apresentou e aos passivos contingentes que não aparecem em nenhum lado no Relatório de Contas que, no mínimo, é obrigatório o relato, mas que nem isso aconteceu.

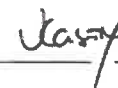
Armando Leal (PS) – Cumprimentou os presentes e relativamente à intervenção do deputado David Ferreira, observou que o limite de endividamento foi alargado para 57 milhões de euros. Lembrou que a Lei do Orçamento de Estado agora aprovada prevê que o empréstimo para o pagamento do Resgate da concessão da água não conte para o endividamento. Acrescentou que o PSD que agora se apresenta como o paladino das finanças públicas devia ter presente que no final do seu mandato apresentava endividamento excessivo, uma dívida duas vezes superior à média das receitas correntes líquidas. Observou que o deputado Jorge Ribeiro da Silva deve ser dos poucos baltarenses não esclarecidos, pois que, continua a chamar fábrica do lixo àquilo que, como todos já perceberam, será uma estação de tratamento de resíduos verdes. Lamentou as declarações daquele deputado relacionadas com as freguesias da Sobreira e de Recarei que têm feito um



trabalho exímio pelo que devia ter aprendido alguma coisa com o que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que não se deve desejar o mal dos outros para o bem da nossa freguesia. Esclareceu que a Junta de Freguesia de Gandra, ao solicitar um apoio financeiro definiu critérios muito objetivos que têm em conta o benefício da população. Acrescentou que o Torneio Rui Barros é um torneio histórico que promove o fomento do desporto junto das crianças pelo que a Câmara entendeu por bem apoiá-lo. Sugeriu à Presidente da Junta de Freguesia de Vilela que, de futuro, apresente os eventos que se propõe organizar também de forma objetiva e com os critérios que pretende para que possa beneficiar da respetiva ajuda.

Rui Silva (PS) - Cumprimentou os presentes e referiu que nunca o grau de execução de receitas de um Orçamento foi tão alto e nunca as receitas com ativos financeiros de eventuais vendas foi tão baixa. Acrescentou que isto significa que nunca um Orçamento foi tão fiel àquilo que é aprovado em sede de Assembleia Municipal nem as receitas de eventuais vendas de ativos financeiros foram tão baixas. Afirmou que segundo a imprensa regional, Paredes estava entre os 50 maiores concelhos exportadores do País pese embora não tenha ficado tão contente com o facto de o Município de Paços de Ferreira se encontrar à frente. Adiantou que Paredes tinha cerca de 370 milhões de euros de volume de exportações em 2021 e Paços de Ferreira aparecia com 422 milhões de euros. Observou que sabendo do dinamismo existente no Concelho no sentido da captação de investimento e de empresas essencialmente de exportação e sabendo também da grandiosidade do Concelho comparado com Paços de Ferreira, a conclusão que tirava é a de que este facto se deveu à instalação do IKEA. Realçou que na altura, o Município se deixou ultrapassar e preferiram iludir-se com mastros de muitos metros de altura, pistas de fórmula 1, investimentos da CISCO e deixaram passar à frente o investimento no IKEA que foi para Paços de Ferreira. Realçou que este investimento de cerca de 150 milhões de euros permitiu a criação de muitos postos de trabalho e que a fatura em Paredes está agora a ser paga. Disse lamentar que não estejam presentes muitos daqueles que, entretanto, encolheram os ombros com esta situação.

Jorge Campanhã (PSD) - Cumprimentou os presentes e referiu que na sessão de abril o Presidente da Câmara se mostrou muito incomodado com as questões que lhe foram colocadas relacionadas com a juventude, em particulares no que diz respeito à Casa da Juventude. Realçou que o Presidente da Câmara bem tentou esconder tal desconforto com o senhor vereador do Pelouro e que, como isso, uma vez mais o despromoveu, porque ao contrário do que é dito, investir no desporto não é nem pode significar investir na juventude. Convidou o vereador Paulo Silva a



refletir sobre o seu papel no executivo, que é cada vez mais acessório e secundário. Salientou que investir na juventude é criar verdadeiras oportunidades para que os jovens possam estudar, trabalhar e fixar-se no Concelho. Questionou o Presidente da Câmara sobre quando poderão os jovens paredenses contar com as valências que a Casa da Juventude lhes irá proporcionar?

Lurdes Meireles (PSD) - Cumprimentou os presentes e referiu que por várias vezes tem sido abordada a situação em que se encontra a EN15 pelo que questionou para quando se prevê a reparação nesta via, principalmente no troço que passa em Astromil que cada vez está mais degradado? Relativamente à EN600 que também atravessa Astromil, informou que urge proceder à limpeza das respetivas valetas que estão completamente obstruídas. Acrescentou que o silvado ocupa já o trajeto destinado aos peões que conseqüentemente são obrigados a circular pela via.

Miguel Garcez (CDS-PP) - Cumprimentou os presentes e referiu que do que já ouviu na presente sessão, espera ansiosamente que a resposta do Presidente da Câmara às muitas questões que lhe foram colocadas seja clara e objetiva. Afirmou que na presente sessão pelo muito se falou de cultura, se não faltassem 2 anos para as eleições e o Presidente da Câmara não quisesse recandidatar-se, a vereadora Dr^a Beatriz Meireles seria uma *challenger*, pois que, mais parece que os outros vereadores só têm problemas nos seus pelouros. Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de Paredes pelas comemorações do 20 de Junho após o CDS, em sede de Assembleia de Freguesia, ter alertado para esse facto, uma vez que é sempre importante comemorar a elevação de Paredes à categoria de Cidade. Deu conta de que foi com muita satisfação que participou no evento pese embora o tempo não tenha ajudado. Relativamente à ligação da água, salientou que alguns munícipes lhe têm feito chegar algumas queixas sobre quem é o responsável pela ligação da água, dado que, do lado da Be Water, dizem que a responsabilidade é da Câmara Municipal e do desta, dizem que é da Be Water. Realçou que desde que se proporcionou o Resgate, os SMAS de Paredes já deviam estar em funcionamento desde janeiro pelo que se torna importante um esclarecimento claro sobre quem tem a responsabilidade das ligações da água. Realçou que este problema está a criar um impasse junto dos munícipes que têm as suas habitações e aos que querem construir. Acusou o Partido Socialista de, juntamente com o PSD, terem votado favoravelmente a alteração do PDM transformando uma zona desportiva numa zona de construção de alta densidade. Questionou o Presidente da Câmara quanto às razões pelas quais a bancada do Estádio Municipal das Laranjeiras teve que ficar *colada* aos prédios? Acrescentou que nos últimos anos, a nível urbanístico, se tem observado que a cidade de Paredes tem crescido da



pior forma e que, neste caso, parece redundar em mais um aborto no futuro. Relativamente à delegação de competências, solicitou que fosse feito o ponto da situação deste processo. Questionou o executivo se estava satisfeito com a forma como o mesmo está a ser levado a cabo, quer na parte da Educação, quer na parte da Saúde?

Presidente da Câmara Municipal – Cumprimentou os presentes e relativamente à intervenção do deputado **Rui Freire**, referiu que corrobora com a mesma na íntegra, pois que, este foi um ano particularmente feliz em termos desportivos. Realçou que o União Sport Club de Paredes, até pelo orçamento que tem comparado com outros clubes, não era dado como um dos favoritos à subida de divisão. Acrescentou que foi um grupo que fez jus ao seu nome uma vez que imperou a união e do coletivo se fez a força que levou ao êxito com a subida de divisão e também ao título no Campeonato de Portugal. Manifestou a sua satisfação com o facto de o União Sport Club de Paredes poder jogar a Liga 3 no novo Estádio Municipal das Laranjeiras, facto que não deixa de ser *a cereja no topo do bolo*. Deu conta do extraordinário percurso do Rebordosa Atlético Clube que se espera possa vir a subir de divisão e ainda do percurso do Futebol Clube de Cete que no regresso da sua equipa sénior foi campeão de série. Sublinhou que este facto é ainda mais motivador para o executivo avançar com a construção do novo estádio para o Futebol Clube de Cete. Fez ainda referência à brilhante prestação da equipa feminina de futsal do Aliados Futebol Clube de Lordelo que venceu a sua série e também a prova complementar da Associação de Futebol do Porto. Aproveitou para felicitar também o Conservatório de Música de Paredes pelo excelente espetáculo com que a todos brindou no dia 24 de junho e que contou com cerca de 1.800 espectadores. Salientou que este facto significa que com uma infraestrutura como o Pavilhão Multiusos ao serviço do desporto e da cultura se podem realizar eventos interessantes e manifestou o desejo que de que este espetáculo possa repetir-se no futuro. Às questões colocadas pela deputada **Cecília Mendes**, afirmou que efetivamente foi feito um estudo relativamente à mobilidade na Avenida da República que poderá ser facultado. Observou que ainda estão a ser equacionadas algumas situações e que alguns investimentos sejam feitos para que possam ser levadas a cabo alterações ao nível do trânsito naquela via como já aconteceu em parte da mesma. No que concerne ao Centro Comercial Vale do Sousa, esclareceu que se trata de uma questão privada. Destacou os investimentos feitos pelo executivo na cidade de Paredes e desejou que assim aconteça também por parte da iniciativa privada, nomeadamente no Centro Comercial Vale do Sousa, catapultando-



o para aquilo que foi no passado. No que diz respeito à colocação de lombas, informou que são muitos os pedidos para colocação de lombas em vários locais. Esclareceu que nem sempre é possível a colocação de lombas onde se quer porque existem imposições da IP que o impedem e que mesmo as corporações de Bombeiros se têm deparado com alguns problemas na sua atividade devido às lombas. Referiu que sempre que esteja bem definida a necessidade de implantação de lombas, o Município tem avançado com esse investimento e que assim continuará a ser. Relativamente à publicitação da contratação pública, informou que a Câmara Municipal tem seguido à risca todas as normas da contratação pública, mas não deixará de colocar a questão aos serviços. Acrescentou que sempre que é feita uma contratação pública a 3 as 3 empresas são consultadas, são recebidas as respostas e depois é publicado o vencedor pelo que não entende a qual procedimento se referiu a deputada Cecília Mendes. Relativamente à intervenção do deputado **Fernando Pacheco** e quanto à questão do alojamento da Comunidade Cigana, esclareceu que foi feita uma consulta prévia ao mercado no sentido de se saber se o valor que o Município tinha para efeitos de projeto de execução estaria adequado. Acrescentou que numa 1ª fase, o projeto foi candidatado ao IRU e posteriormente surgiu a oportunidade de uma candidatura mais vantajosa ao PRR pelo que os valores que o Município tinha eram de há 1 ano pelo que se procedeu a nova consulta. Revelou que o concurso vai ser lançado na próxima semana com os novos valores e que este é um procedimento que dispensa o visto do Tribunal de Contas por ser no âmbito do PRR o que significa que, em julho próximo, após se conhecer o concurso e dado que agosto é um mês de férias, esta obra estará no terreno em setembro. Observou que o PS está a cumprir aquilo com que se comprometeu no seu programa eleitoral com vista à resolução de um problema que se arrasta há muitos anos e dar continuidade, com uma vertente mais estrutural, ao excelente trabalho do Pelouro de Ação Social e da Cultura. No que diz respeito à intervenção do deputado **João Gonçalves**, referiu que a Câmara Municipal não tinha outra alternativa senão avançar com o Resgate do saneamento. Reforçou que em bom tempo o fez, pois que, permitiu avançar de imediato com as candidaturas para a instalação da rede de saneamento em Recarei e na Sobreira, obra que vai para o terreno no próximo dia 4 de julho. Observou que o Município está à espera de que, no âmbito dos programas 20/30 e do PRR, abram candidaturas para, com mais investimentos destes, dar continuidade a obras de saneamento noutros pontos do Concelho que a esse nível tem uma cobertura muito fraca. Felicitou o trabalho desenvolvido pelo Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira em conjunto com o vereador do Pelouro do Ambiente na



recuperação do Rio Sousa. Defendeu que este é um trabalho que terá que ter continuidade no futuro e que o local merece toda a atenção que lhe tem sido dedicada. Às questões colocadas pelo deputado **Jorge Ribeiro da Silva**, referiu que este poderia colocar menos questões, mas preparar-se melhor relativamente ao que estava a questionar. Deixou claro que em Baltar não será instalada qualquer fábrica de lixo, mas sim uma Unidade de Tratamento de Resíduos Orgânicos que tratará os verdes e os restos de comida que assim se retiram dos aterros, valorizando-os em biogás gerando riqueza com isso. Destacou que este é um procedimento que já se faz nos países mais evoluídos e um pouco por todos os lados e deu como exemplo o Município de Cascais que já anunciou um investimento igual. Acrescentou que este investimento em Cascais foi destaque na RFM que noticiou que os autocarros iam passar a ser alimentados com gás produzido através de resíduos orgânicos e lamentou que o CDS apelide de *política de lixo*. Relativamente aos aterros de Rio Mau e de Lousada, lembrou que os mesmos, no futuro, talvez em 26, terão de acabar pelo que haverá necessidade de reciclar o máximo possível. Observou que ainda há muitos resíduos que erradamente vão para aterros, nomeadamente plástico, vidro e resíduos orgânicos e que deverão ser retirados, caso contrário terão de ser incinerados, o que, no caso de Paredes, será na LIPOR, facto que onerará a recolha do lixo. Adiantou que com a unidade de valorização, a recolha do lixo tornar-se-á mais barata para todos os municípios. No que concerne ao estudo de impacto ambiental, garantiu que a infraestrutura não avançará sem esse documento e revelou que uma empresa já ganhou o concurso público. Adiantou que foi apresentado à Universidade de Aveiro o projeto de execução com a descrição rigorosa de todos os filtros que vão ser usados para que possa então ser elaborado o respetivo estudo, sendo que o impacto ambiental é menor do que o de uma qualquer fábrica de mobiliário. Salientou que esta unidade não gera resíduos líquidos pelo que não se coloca a questão da ETAR e mesmo a da Zona Industrial de Parada/Baltar é para desaparecer. Revelou que a ideia é que todas as empresas ali fixadas passem a usufruir do saneamento normal, com a ligação do saneamento daquele local até Cete, passando por Parada de Todeia. Quanto à Tarifa Social de Água, referiu que é da Be Water a responsabilidade da execução da mesma assim como da ligação do saneamento até que o Resgate se concretize. Observou que relativamente às ligações, a única questão que mudou foi que, em abril, após reunião com a concessionária foi referido que tendo em conta que os ramais até 20 metros deixaram de ser pagos pelos particulares, desde 2016, e dado que o contrato de concessão previa que esse valor lhes fosse pago, deveria ser o Município a pagar. Observou que o Município não colocou quaisquer entraves até porque, em outubro, com a



entrada em funcionamento dos SMAS, será a Câmara Municipal a assumir esses custos. Acrescentou que o que está convencionado é que a responsabilidade das ligações é da Be Water como sempre foi e o que está instituído no protocolo entretanto celebrado é que, no final de cada mês, deverão comunicar à Câmara Municipal as ligações feitas para serem pagas após conferidas. Observou que, a partir de outubro, altura em que a Câmara Municipal pensa tomar conta dos serviços, essa responsabilidade caber-lhe-á por inteiro. Adiantou que só nessa altura, depois de saber o preço que a autarquia paga pela água, com as poupanças que passarão a existir a esse nível, o Município poderá até baixar o preço da água, pois que, vai ter ganhos de eficiência muito grandes sobretudo ao nível dos seus equipamentos. Mas só quando tomar posse da sua gestão poderá avaliar se é possível. Ressaltou o facto de o preço da água ser elevado para as IPSS pelo que terão também reduções e prometeu envidar esforços no sentido de que, no futuro, a Câmara Municipal possa baixar o preço da água ao mesmo tempo que garantiu que não aumentará.

Às questões colocadas pelo deputado **David Ferreira** referiu que nunca a Câmara Municipal logrou apresentar uma execução orçamental tão elevada como aquela que apresenta o executivo do PS. Acrescentou que apesar de o executivo ter conseguido que o passivo registasse uma ligeira redução em 500 mil euros, as contas do passivo do ano transato incluem já o valor do empréstimo para pagamento do Resgate à Be Water. Defendeu que, assim sendo, no final do presente ano facilmente se verificará que o passivo não aumentará devido ao empréstimo dado que o mesmo já se encontra vertido nas contas. Relativamente à questão do Rio Ferreira, esclareceu que existiram reuniões com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira que reconheceu que a ETAR não ficou a funcionar como deveria por se encontrar subdimensionada. Adiantou que é necessário fazer novos investimentos para dotar a ETAR das dimensões apropriadas. Até lá, será utilizado o tubo da SIMDOURO que já existe e que permitirá que parte dos efluentes daquela ETAR sejam conduzidos para a ETAR de Campo. Deu conta de que esta solução é provisória e visa apenas minorar os problemas existentes, pois que, o referido tubo vai ser necessário para o saneamento que vai ser feito em Vilela, Duas Igrejas e Rebordosa a partir do Parque do Rio Ferreira. Reconheceu o facto de a forma como o investimento foi feito não ter sido a melhor e que o Município não deixará de exigir responsabilidades sobre o assunto.



Presidente da Assembleia - Informou que se havia esgotado o tempo de intervenção do Presidente da Câmara pelo que questionou a Assembleia quanto à prossecução da sua intervenção não se tendo verificado quaisquer objeções.

Às questões colocadas pelo deputado **Rui Silva**, deu conta da sua satisfação pelo facto de o Concelho de Paredes continuar a figurar entre os 50 maiores exportadores do País e que só estava abaixo de Paços de Ferreira devido à questão do IKEA. Salientou que é de assinalar o aumento de exportações no Concelho de Paredes o que mostra a grande capacidade dos empresários de Paredes. Às questões colocadas pelo deputado **Jorge Campanhã**, esclareceu que o vereador Paulo Silva é dos que tem mais trabalho dado que para além do Pelouro da Juventude tem também os Pelouros da Educação e da Saúde com as novas competências recentemente atribuídas que os tornou um pouco mais complexos. Quanto à Casa da Juventude, disse ser um problema que já poderia estar resolvido se o anterior executivo o tivesse assumido conforme o fez o atual executivo. Adiantou que o anterior executivo lançou a respetiva candidatura sem, no entanto, se preocupar com o local para onde iriam as pessoas que lá estão, pois que, nem o próprio EMAÚS foi ouvido. Realçou que o seu executivo assumiu os custos com as obras, incluindo custos com os projetos de arquitetura e especialidades, que estão a ser levadas a cabo no EMAÚS em Baltar de acordo com as exigências da Segurança Social. Informou que logo que os utentes sejam transferidos para Baltar, a Câmara Municipal concluirá as obras no interior da Casa da Juventude dado que a parte exterior já se encontra finalizada. Realçou que esta obra deverá estar concluída no máximo até junho do próximo ano sob pena de se perderem os fundos comunitários a ela aloucados. Às questões colocadas pela deputada **Lurdes Meireles**, informou que a Câmara Municipal tem sido muito insistente junto da IP com vista à obtenção da autorização necessária para a conclusão dos passeios e também acerca do estado calamitoso em que se encontram a EN15 e a Estrada Nacional entre Parada e Baltar. Informou que estão a ser feitas reparações faseadas na estrada que vem de Cete até Baltar e que certamente serão feitas reparações na EN 15 e reiterou que a Câmara Municipal não tem deixado de insistir junto da IP dado que não pode intervir nestas vias. No que concerne à limpeza das ruas em Astromil, lembrou que essa é uma competência adstrita à Junta de Freguesia assim como a todas as outras juntas de freguesia. Às questões colocadas pelo deputado **Miguel Garcez**, lamentou a referência ao Estádio das Laranjeiras como sendo um aborto. Esclareceu que desde o início que o Estádio está encostado ao prédio que não tem janelas para aquele lado devido



a esse facto e será até uma forma de proteger o edifício do ruído que possa vir do Estádio. Referiu que haverá ali um ATL que o USC de Paredes pretende para aquele espaço para dinamização das suas escolinhas. No que diz respeito à delegação de competências, observou que estão decorridos os primeiros 2 meses e que, entretanto, o Governo fez algumas cedências em termos de valores que era a única questão que preocupava os Municípios, nomeadamente no caso das refeições que passou para €2,5. Adiantou que há ainda a hipótese de aumentar o valor para a manutenção das escolas e manifestou-se expectante em que tudo vá ao encontro dos anseios do executivo. Às questões colocadas pela deputada **Mariana Silva**, referiu que o facto de a Presidente de Junta não gostar do Presidente da Câmara não significava que este não goste da autarca, pois que, não existem razões parara tal. Acrescentou que o Presidente da Câmara tem é que gostar das freguesias e que já reparou que a deputada Mariana Silva não gosta da freguesia de Rebordosa, mas garantiu gostar muito de Vilela como de qualquer outra freguesia. Lamentou o facto de aquando da apresentação pública do projeto na Câmara Municipal, a Presidente da Junta de Freguesia de Vilela ter feito uma queixa ao Ministério Público com a justificação de que o Presidente da Câmara queria tirar proveitos eleitorais do facto. Lembrou que nesse evento esteve presente a Presidente da Junta de Freguesia de Vilela e membros da Assembleia de Freguesia de Vilela e sublinhou que a deputada Mariana Silva mais parece estar preocupada por se fazerem obras em Vilela. Realçou que serão feitas obras em Vilela, não pela Presidente da Junta de Freguesia, mas sim pela freguesia em si e que já foram gastos mais de 75 mil euros nos projetos para Vilela. Adiantou que está a ser feito o levantamento museológico no qual já foram investidos mais de 35 mil euros no sentido de que em Paredes nasça algo que desde há anos foi prometida como demonstram os vários programas eleitorais do passado. Realçou que foram investidos mais 50 mil euros no projeto de especialidades para fazer nascer em Vilela um Centro de Dia e de Apoio ao Domicílio nos Terrenos da Associação para o Desenvolvimento de Vilela. Informou ainda que está em fase de conclusão o projeto de alargamento da escola onde funciona a Banda de Música de Vilela. Observou que foi apresentada uma candidatura ao PRR para o Centro de Dia e de Apoio ao Domicílio e garantiu que, independentemente de haver ou não candidatura e quer a Presidente da Junta de Vilela goste, quer não goste, a referida obra vai avançar. Lembrou que têm sido feitos investimentos em Vilela ao nível da questão das águas pluviais e de pavimentação de vias, investimentos que terão continuidade. Lamentou que não tenham sido executadas as devidas obras na Capela Mortuária de Vilela, apesar de ter sido feita uma delegação de competências para tal no valor de 40 mil euros



há cerca de 1 ano. Aconselhou a Presidente da Junta de Vilela a fazer o seu trabalho, pois que, o Presidente da Câmara não deixará de fazer o seu a bem de Vilela e das restantes freguesias.

Defesa da honra do deputado Miguel Garcez (CDS-PP) – Esclareceu que solicitou apenas uma explicação quanto às razões pelas quais a bancada foi erigida como está e que a alteração ao PDM foi levada a cabo pelo PS e pelo PSD. Sublinhou que a palavra “aborto” não foi usada relativamente à bancada e ao Estádio e sim ao que tem vindo a ser a parte urbanística nos últimos anos em Paredes.

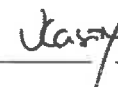
Defesa da honra de Mariana Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Vilela (PSD) – Referiu que o Presidente da Câmara fez 3 afirmações que não correspondem à verdade. Relativamente à freguesia de Rebordosa, disse que jamais afirmou que não gostava da Freguesia de Rebordosa pelo que o Presidente da Câmara mentiu. Acrescentou que apenas se limitou a reportar factos para comparação com a situação vivenciada em Vilela. Quanto ao processo judicial, sublinhou que o mesmo corre os trâmites normais. No que concerne à Casa Mortuária, acusou o Presidente da Câmara de mentir descaradamente, pois que, são do seu conhecimento as razões pelas quais aquelas obras ainda não estão concluídas.

Presidente da Assembleia – Referiu que os senhores deputados que eventualmente entendam que não obtiveram resposta do Presidente da Câmara às questões colocadas, poderão sempre fazê-lo por escrito e que através da Assembleia, serão enviadas para a Câmara Municipal e assim se poderá completar a informação. Referiu que os tempos de intervenção são regimentais e que é possível que perante tantas questões colocadas pelos senhores deputados seja difícil responder de forma satisfatória a todos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Situação Financeira do Município.



2 - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARQUE DAS SERRAS DO PORTO - PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Prestação de Contas de 2021 da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto.

3 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o Relatório do Auditor Externo de Informações sobre a Situação Económica e Financeira do Município.

4 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2022/04/30 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 40 membros presentes, a *“ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2022/04/30”*.

5 - ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2022/05/27 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, a *“ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 2022/05/27”*, com 40 votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, da coligação “Juntos por Paredes” e do Movimento Independente, SSMI e 2 abstenções dos deputados Gil Marco Moreira Machado e Jorge Miguel Campanhã Oliveira da bancada do PSD.

Presidente da Assembleia – Propôs que os pontos 6 e 7 fossem discutidos e votados em conjunto no que obteve a concordância unânime do Plenário.

6 - MODIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE



COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VANDOMA (N.º 157/2019) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

7 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CRISTELO (N.º 94/2022) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

José Magalhães - Presidente da Junta de Freguesia de Vandoma (PS) - Referiu que a Junta de Freguesia de Vandoma solicitou à Câmara Municipal a modificação ao Contrato Interadministrativo pelo facto de não ter conseguido executar os 120 mil euros. Justificou com o facto de os anos de 2020 e 2021 terem sido anos atípicos devido à pandemia e agradeceu ao Presidente da Câmara o facto de ter transferido a verba que sobrou para o ano de 2022, no valor de 8.500 euros.

José Rodrigues - Presidente da Junta de Freguesia de Cristelo (PS) - Referiu que a retificação ao Contrato Interadministrativo se deveu apenas à necessidade de alterar o objeto desse contrato, para um melhor enquadramento, porque para além de obras vai incluir também equipamentos diversos. Sublinhou que não houve qualquer alteração nem reforço de verbas.

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 38 membros presentes, a *“Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Vandoma (Nº 157/2019) e a Retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Cristelo (Nº 94/2022)”*.

Declaração de voto da deputada Mariana Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Vilela (PSD) - Apresentou desculpas ao Presidente da Assembleia por eventuais excessos na sua anterior intervenção. Referiu que o PSD obviamente votou a favor porque está solidário com os tempos dos senhores presidentes de Junta e com as circunstâncias que eventualmente possam condicionar os respetivos contratos. Acrescentou que o PSD votará sempre a favor de qualquer alteração nesses termos e quando se comprove. Adiantou que efetivamente se viveram tempos de pandemia e que foi difícil para algumas juntas cumprir os prazos estipulados.



Presidente da Assembleia – Propôs que os pontos 8, 9, 10 e 11 fossem discutidos e votados em conjunto, não se tendo registado **quaisquer objeções** ao proposto.

8 - MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A FREGUESIA DE GANDRA PARA A REALIZAÇÃO DA 19ª EDIÇÃO DO “TORNEIO RUI BARROS” - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

9 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE BALTAR PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO "NOITE BRANCA" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

10 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE BALTAR PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO "NOITES DE VERÃO 2022" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

11 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SOBROSA PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA QUINHENTISTA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Jorge Coelho – Presidente da Junta de Freguesia de Baltar (PS) – Referiu que as “Noites Brancas” têm em Baltar um significado que outrora não existia e que este evento foi retomado em 2018 com a Vila Quintã que, por sua vez, em 2019 teve ousadia e coragem para o deslocar para o Largo Comendador Pereira Inácio. Observou que esta mudança teve como propósito apoiar o comércio tradicional e será igualmente um tributo à antiga discoteca “ORCA CLUB” com a temática “*The Best off 80/90 anos.*” Adiantou que as “Noites de Verão” se realizam pelo 22º ano consecutivo, também no largo Comendador Pereira Inácio, excetuando-se os 2 últimos anos devido à pandemia um evento que marca as tradicionais festas de verão nos dias 23 e 30 de julho e 6 de agosto/2022. Realçou que o executivo da Junta de Freguesia disponibiliza para este ano um vasto cartaz desde a Associação Clube de Jazz, as Concertinas, os Amigos da Borga e as Estrelas do Cruzeiro com um vasto reportório, a fadista baltarense Luciana Silva, entre outros. Afirmou que o fado, a música popular portuguesa, a dança, o convívio e muita alegria são mais um motivo de orgulho para Baltar, pelo muito que isto representa a nível social e cultural. Agradeceu o apoio da Câmara Municipal e revelou que estes incentivos financeiros são repartidos pelas associações que participam no evento “Noites de Verão.”



Mariana Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Vilela (PSD) - Referiu que o PSD votou e votará sempre a favor das ajudas às juntas de freguesia para que estas possam fomentar e enaltecer a cultura nas suas terras. Acrescentou que, a sua bancada defende que todas as juntas de freguesias sem exceção devem ser apoiadas independentemente da cor política que a governa. Observou que todos os presidentes de junta presentes, reclamaram e reclamam o mesmo, no passado e no presente. Disse esperar que no futuro já não seja necessário fazer comparações para evidenciar as politiquices subjacentes às decisões, nem mudar de partido para pagar favores.

Presidente da Câmara - Referiu que estas iniciativas foram apresentadas pelas juntas de freguesia e que mereceram a concordância e o apoio da Câmara Municipal. Relativamente à realização da Feira Medieval no Mosteiro de Vilela que foi autorizada, mas não apoiada pela Câmara Municipal, informou que na altura foram aduzidas as razões para esta decisão do executivo municipal. Acrescentou que após 2 anos sem ser realizada o espaço vai ser alvo de obras de requalificação e que o mesmo tem potencial para se fazer uma Feira Medieval de alto nível. Revelou que será a própria Câmara a assumir a realização da Feira Medieval num espaço que, entretanto, será dotado das devidas condições para tal. Salientou que neste momento é seu entendimento que aquele espaço não reúne as devidas condições para a realização do evento. Defendeu que se a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilela entende o contrário, assumirá essa responsabilidade e a Câmara Municipal disponibilizará o espaço.

A Assembleia aprovou por unanimidades dos 42 membros presentes, a *“Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Paredes e a Freguesia de Gandra para a realização da 19ª Edição do Torneio Rui Barros, a Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Baltar para a realização do Evento Noite Branca, a Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Baltar para a realização do Evento Noites de Verão e a Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Sobrosa para a realização da Feira Quinhentista”*.

Presidente da Assembleia - Sugeriu que os pontos 12 e 13 fossem discutidos e votados em conjunto tendo obtido a concordância unânime da Assembleia ao sugerido.

12 - PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO EM QUE É REQUERENTE



JOAQUIM FERREIRA ROCHA & FILHO, LDA. - PROCESSO N.º 7/21PER - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

13 - PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO EM QUE É REQUERENTE CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. - PROCESSO N.º 15/19PER - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, o *“Procedimento Especial de Regularização em que é requerente Joaquim Pereira Rocha & Filho, Lda. - Proc.º 7/21PER e o Procedimento Especial de Regularização em que é requerente Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Proc.º 15/19PER”*, com 32 votos a favor das bancadas do PS e do Movimento Independente, SSMI e da Presidente da Junta de Freguesia de Vilela, Mariana Fernanda Machado da Silva, da bancada do PSD, 3 votos contra da bancada do CDS-PP e 7 abstenções das bancadas do PSD e da Coligação *“JUNTOS POR PAREDES”*.

Declaração de voto da deputada Raquel Coelho (CDS-PP) - Referiu que o CDS-PP votou contra porquanto neste e no anterior mandato sempre votou contra estes processos pois entende que são procedimentos que visam obter a legalidade pela janela quando a mesma lhe foge pela porta. Esclareceu que vota contra também porque no passado foi dito que estes procedimentos iriam terminar, mas que o que se verifica é que são sempre os últimos antes dos próximos.

14 - FREGUESIA DE BALTAR - PEDIDO DE RECONHECIMENTO E INTERESSE PÚBLICO DO "ALARGAMENTO E MELHORAMENTO DA RUA DE RAMOS NA FREGUESIA DE BALTAR" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 42 membros presentes, o *“Pedido de Reconhecimento e Interesse Público do Alargamento e Melhoramento da Rua de Ramos na Freguesia de Baltar”*

15 - ALTERAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇOS MUNICIPAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



David Correia (PSD) – Relativamente às pessoas que vão transitar para os quadros, questionou quantas entram ao abrigo da delegação de competências e quantos são postos de trabalho efetivos que foram criados? Considerou uma grande trapalhada do Governo neste âmbito, pois que, a maioria dos municípios não aceitou ainda esta transferência porque os custos não são suportados na totalidade. Questionou o Presidente da Câmara se já sabe qual é a diferença que o Município vai suportar na vez do Governo pela assunção destas responsabilidades?

Rui Silva (PS) – Referiu que o que está em causa é o acréscimo de competências do Município por força da descentralização de competências da administração central para a local. Acrescentou que se trata apenas do aumento de unidades orgânicas por forma a poder dar uma resposta suficiente e mais capaz às novas competências delegadas.

José Carlos Barbosa – Prescindiu.

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 41 membros presentes, a **“Alteração à Organização dos Serviços Municipais”**, com 29 votos a favor das bancadas do PS e do Movimento Independente, SSMI e 12 abstenções das bancadas do PSD, CDS-PP e da coligação **“JUNTOS POR PAREDES”**.

16 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 41 membros presentes, a **“Alteração ao Mapa de Pessoal”**, com 30 votos a favor das bancadas do PS e do Movimento Independente, SSMI e 11 abstenções das bancadas do PSD, CDS-PP e da coligação **“JUNTOS POR PAREDES”**.

17 - VERSÃO FINAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Cecília Mendes (Juntos Por Paredes) – Afirmou que pelas informações referidas em sede de reunião de Câmara, o presente assunto resulta de uma imposição legal e alertou o Município de que o seu impacto se vai refletir na fatura dos munícipes. Observou que num momento muito difícil para muitas famílias paredenses, se estava atualmente numa conjuntura que é extremamente difícil face aos impactos sanitários, económicos e sociais que o País atravessa agravados pela guerra da Europa. Aconselhou, por isso, o Município a implementar mais



medidas para atenuar o impacto desta nova taxa, pois que, qualquer investimento público nesta área é um bom investimento importante para o bem de toda a população do Concelho de Paredes. Considerou que independentemente de futuras candidaturas a fundos comunitários, a autarquia pode desde já seguir o exemplo de outras autarquias apoiando os particulares pela separação do lixo orgânico que será recolhido de forma autónoma e dessa forma obter retorno financeiro.

Gil Machado (PSD) – Referiu que o Município se propõe começar a cobrar a Taxa de Gestão de Resíduos, denominada TGR no montante de € 2,44/mês aos utentes do Concelho que, entretanto, já pagam a TRSU. Observou que a TGR foi criada por Decreto-Lei em setembro de 2006 e entrou em vigor em 2007, há 15 anos, e que é uma taxa que visa punir. Acrescentou que a mesma tem sobretudo o objetivo de estimular o cumprimento de objetivos nacionais em matéria de política de resíduos, nomeadamente diminuir drasticamente a quantidade de resíduos destinados a aterros ou a incineração. Quanto maior for a quantidade de resíduos depositados em aterro, maior é a fatura da TGR a pagar. Realçou que a TGR paga pelo Município duplicará em 2022 comparando com 2020, pois que, de 11 euros, a APA passou a cobrar 22 euros por tonelada de resíduos depositados em aterro, sendo que, em 2025, o valor a pagar corresponderá a 35 euros a tonelada. Concluiu que com a cobrança da TGR aos cidadãos e empresas de Paredes a fatura será assumida quase na sua totalidade pelos utentes. Observou que o Município deixa assim de assumir este custo ou assumirá apenas um custo residual além de que a APA ainda devolve ao Município cerca de 30% da TGR para investimento em matéria de ambiente. Adiantou que é isto o que está em causa e que se propõe à votação da Assembleia que irá refletir. Sublinhou que esta é uma taxa que alguns municípios já cobram e outros não e nem têm prevista a possibilidade de o fazer assumindo simplesmente a fatura, ao contrário de Paredes que vai votar uma proposta que visa a cobrança da referida taxa aos paredenses. Afirmou que em face da análise da documentação disponibilizada, o Município prepara-se para se candidatar a fundos da Área Metropolitana do Porto. Esta candidatura visa criar condições para uma maior percentagem de separação de resíduos por parte dos utentes para assim aumentar a quantidade de resíduos destinados à reciclagem, uma medida que se aplaude. Adiantou que o PSD estará sempre ao lado de todas as medidas ambientais que venham ajudar a atingir as metas definidas pela União Europeia no que diz respeito ao tratamento de resíduos que tenham como destino a reciclagem e não os aterros ou a incineração ou qualquer medida que tenha como objetivo a valorização ambiental. Considerou, no entanto, não ser este o momento adequado para começar a cobrar a TGR aos paredenses.



Justificou com a necessidade de se criar condições aos utentes para que possam proceder à separação adequada de todos os resíduos, que vai muito para além da colocação de ecopontos de cartão, vidro e plástico, para só depois se punir quem não cumpra com a aplicação da TGR. Acrescentou que mais importante ainda é o facto de que se vive um cenário macroeconómico sem precedentes nos últimos 35 anos, com tendência para agravamento e questionou até onde vão os preços dos combustíveis? Referiu-se, depois, a alguns indicadores nomeadamente, a subida de preços que obriga 2/3 dos portugueses a cortarem na alimentação, a inflação que ameaça 1/5 da população portuguesa com risco de pobreza, a taxa Euribor a 12 meses que subiu 1,5% nos últimos 6 meses com tendência clara para continuar a subir, a subida do preço da garrafa de gás doméstico em cerca de 70% no último ano civil, o maior aumento do custo de vida de uma geração provocado pela guerra na Ucrânia segundo o próprio Secretário-Geral da ONU, António Guterres, o facto de Paredes ter o 2º indicador de poder de compra mais baixo da Área Metropolitana do Porto, tendo mesmo sido o único Concelho do Tâmega e Sousa a perder poder de compra em comparação com 2017 vs 2019 segundo o estudo publicado pelo INE. Reiterou que, face a estes factos, este não é mesmo o momento certo para criar mais um desconforto à população e apelou a que se reflita muito bem sobre o assunto. Adivinhando-se a aprovação da proposta ora em discussão, questionou o Presidente da Câmara sobre se o Município pode efetivamente atrasar a implementação desta taxa, no mínimo até janeiro de 2024? Considerou que assim haverá tempo para a implementação de condições por parte do Município e da AMBISOUA para que os cidadãos procedam à separação do lixo de forma mais eficiente, esperar um cenário macroeconómico mais favorável e permitir a criação de um Regulamento Municipal objetivo e transparente que parece não existir, para atribuição de isenções da TRSU e TGR. Salientou que se a taxa for mesmo para avançar, deverá existir bom senso na forma como será cobrada, pois que, juntar a TRSU à TGR teremos uma fatura a rondar os 27 euros trimestrais equivalentes a cerca de 10% de centenas de pensões de reforma. Relativamente à construção da ETAR de Recarei pela SIMDOURO, apelou ao Executivo para que acompanhe muito de perto a execução desta obra para que se não agravem os problemas no Rio Sousa. Solicitou ao Município que não sejam colocados em causa alguns investimentos públicos e privados que estão previstos para o sul do Concelho, caso aquela ETAR tenha os mesmos problemas de funcionamento ou de capacidade que apresenta a ETAR de Paços de Ferreira.

Rui Silva (PS) – Referiu que em matéria ambiental não há *planeta B* e que a TGR é uma taxa que é



paga ao Estado em função da quantidade de resíduos que são depositados em aterro, incinerados ou valorizados energeticamente. O valor é fixado pelo próprio Estado. Acrescentou que a eliminação por aterro paga um valor correspondente a 100% da taxa e se for por incineração paga apenas 75% dessa taxa e se for por valorização energética paga apenas 25%. Adiantou que o produto da receita desta taxa é distribuído pela Autoridade Nacional de Resíduos, ou seja, pela APA que por sua vez subdivide o produto pelo Fundo Ambiental. Salientou que, nos termos da Lei, a Administração Central do Estado tem essas receitas consignadas ao cumprimento das metas ambientais referentes à gestão de resíduos de todo o País. Observou que isto significa que quanto menos resíduos se produzirem e destes quantos mais tiverem como destino a reciclagem, menos se pagará de TGR o que, no fundo, é o objetivo principal desta taxa. Lembrou que a mesma é semelhante à taxa sobre os sacos de plástico e visa incentivar através da fiscalidade a mudança de comportamento, a consciencialização dos cidadãos e das empresas quanto ao tipo de produtos que vendem, ao consumo que é feito e à quantidade de resíduos que são produzidos, sendo que, o que está em causa, são 2,44 euros/mês. Defendeu que o caminho atual é o da insustentabilidade ambiental e da mesma forma que outros impostos verdes são criados, a dimensão da produção de resíduos não pode ser tratada como se não fosse um problema, pois que o é. Observou que os municípios e os autarcas não podem fugir à tarefa que lhes compete nesta matéria e por isso o Município de Paredes se está já a preparar para fazer uma recolha seletiva dos resíduos. Defendeu que hoje como no passado e no futuro, haverá sempre motivos atendíveis para a inação e nada mudar. Acrescentou que no ambiente e na política dos resíduos não lhe parece que fugir ao problema o vá resolver ou adiar a aplicação de taxas e impostos.

José Carlos Barbosa (PS) – Referiu que quando o Presidente da Câmara decidiu resgatar as águas de Paredes, facto que realmente tem impacto no Município, o PSD defendeu a concessionária. Deu como exemplo a freguesia de Beire que não dispõe de água nem saneamento. Observou que esta taxa é uma imposição legal do Governo e reconheceu que, de facto, se vive um momento difícil causado pela guerra. Adiantou que o preço da gasolina é também uma preocupação do PS, mas lembrou que quem privatizou a Petrolgal foi o governo de Cavaco Silva em 1999 e que, depois, Durão Barroso privatizou também a Galp. Afirmou que com os preços da gasolina a aumentarem sempre e as petrolíferas sempre a anunciarem lucros brutais dá que pensar. Se se pudesse voltar atrás, não se teriam privatizado estas empresas estratégicas. Lembrou o caso da privatização das águas em Paredes em que, chegados ao fim de 20 anos de concessão, apenas 40% do Concelho



dispõe de água e saneamento. Defendeu que certamente quem ganhou não foram os paredenses e que é inaceitável que o PSD continue a defender o concessionário chinês em vez de defenderem os paredenses. Acusou o PSD de apenas criticar tudo e não defender verdadeiramente os paredenses pelo que não era de estranhar os resultados eleitorais obtidos.

David Ferreira (PSD) – Referiu que o que estava em causa era uma questão social, pois que, o aumento que está previsto vai ter um impacto forte principalmente nas famílias de baixo rendimento. Acrescentou que no ano vindouro a diferença para o Município não será nada de especial e por isso é seu entendimento que o Município poderia assumir esta despesa porque efetivamente o impacto social será grande. Lembrou que por vários fatores muitas são as pessoas que já passam por dificuldades e que por isso seria de bom tom atrasar a implementação desta taxa. Deixou à consideração do executivo e reiterou que o Município pouco ou nada vai perder, apenas algumas dezenas de milhares de euros.

Presidente da Câmara Municipal – Deu conta da importância do assunto ora em discussão e manifestou a sua concordância com tudo aquilo que foi dito, pese embora tenha faltado um pequeno pormenor que faz toda a diferença. É a própria Lei que obriga os Municípios a debitar a TGR aos munícipes. Justificou que se tal não for feito, os municípios ficam sujeitos a uma inspeção da IGF que pode pedir responsabilidades não só aos municípios como também à Assembleia Municipal por não estar a repercutir tal taxa no consumidor. Reiterou a taxa se repercutir no consumidor sob pena de a mesma não resultar naquilo para a que foi criada e que é desincentivar a colocação de lixo nos aterros tentando promover a seleção do lixo. Revelou que já deu instruções à senhora vereadora do Pelouro da Ação Social no sentido de que, tal como o Município já faz com centenas de pessoas que não pagam a TRSU por estarem isentos, possam também ficar isentos do pagamento da TGR e beneficiar desse apoio social. Realçou que todo e qualquer paredense que não tenha qualquer hipótese de pagar esta taxa pode solicitar a sua isenção e não a pagar. Disse concordar perfeitamente que num ano atípico em que aumentaram os custos com combustíveis e com a alimentação, ter de suportar mais esta taxa é complicado, mas não é uma receita da Câmara Municipal. Acrescentou que é uma receita do Estado criada para incentivar a reciclagem pelo que a Câmara Municipal terá de se comprometer em tudo fazer no sentido de criar condições para aumentar a reciclagem por parte dos munícipes. Salientou que o facto de existir uma Unidade de Tratamento de Resíduos Orgânicos serve justamente para retirar uma



quantidade imensa de verdes e de restos de comida dos aterros. Observou que o Município irá intensificar a política de distribuição de ecopontos pelo Concelho, pois que, ainda há muita falta de ecopontos, para que as pessoas tenham para onde encaminhar o lixo porque, de facto, a TGR já foi de 11 €, passará para 22 € e no futuro, será ainda de valor superior. Destacou que quanto mais lixo se conseguir tirar dos aterros, menor é a taxa a pagar.

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 41 membros presentes, a *“Versão final de alteração ao Regulamento de Taxas e Preços Municipais”*, com 30 votos a favor das bancadas do PS e do Movimento Independente, SSMI e 8 votos contra das bancadas do PSD e do CDS-PP e 3 abstenções da bancada da coligação *“JUNTOS POR PAREDES”*, do deputado Inácio José Pereira Abreu da Costa e do Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, Luís Filipe Coelho Barbosa, da bancada do PSD.

Presidente da Assembleia – Agradeceu a vivacidade de todos o que significa que todos estão ativos, atentos e a reagir ao que é dito e que a democracia se cumpriu. Relembrou que há sempre a possibilidade de se poderem pedir esclarecimentos por escrito e ter por vezes respostas mais completas. Esclareceu que no que diz respeito às águas e à negociação com a Be Water, há uma Comissão de Acompanhamento que tem acompanhado com o Presidente da Câmara a evolução deste dossier. Referiu ainda que existe a possibilidade da constituição de outras comissões se assim for necessário além de que há também a Comissão de Representantes dos Grupos Municipais que reúne sempre que for necessário para esclarecimentos. Lembrou o alerta do Presidente da Câmara em que, de acordo com o novo Orçamento de Estado já é possível que a Câmara Municipal peça o empréstimo de que necessita para a indemnização a pagar à Be Water. Alertou para o facto de ser necessária a abertura de um novo processo de financiamento para ser enviado ao Tribunal de Contas pelo que é natural que haja necessidade da realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal em agosto próximo, para aprovação deste procedimento. Destacou a importância para o concelho da realização desta sessão extraordinária para que não haja atrasos e assim se consiga que em outubro próximo os SMAS de Paredes entrem em funcionamento. Alertou os deputados que ainda não entregaram a fotografia para o cartão de membro da Assembleia para que o façam. Referiu que o cartão servirá para que os deputados marquem presença nos eventos realizados pela Câmara Municipal e apresentação à



Polícia Municipal a sua identidade como membro da Assembleia Municipal. Lembrou que é preciso ter noção de que os deputados municipais são os porta-vozes da população de Paredes e têm o direito de participar e estarem presentes em todos os eventos organizados pela Câmara Municipal. O cartão de identificação facilitará esse procedimento.

Presidente da Assembleia - Propõe à Assembleia a aprovação em minuta da ATA desta reunião para aplicação imediata.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 41 membros presentes, a aplicação da ATA desta reunião em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Solicitou o uso da palavra o Senhor Manuel Pinho.

- 1- Referiu-se à reformulação do contrato de administrativo celebrado com a empresa BERALT TIN AND WOLFRAM para atribuição direta de concessão de exploração de poços minerais celebrado em março/2021 que abrangia os concelhos de Paredes, Gondomar e Penafiel e que agora abrange apenas o Concelho de Paredes, nomeadamente as freguesias de Aguiar de Sousa e da Sobreira, numa área de quase 92 km². Acrescentou que segundo uma notícia publicada no Jornal de Notícias, a Direção-Geral de Geologia inferiu que o projeto fica condicionado a um estudo de impacto ambiental e que, segundo a mesma fonte, tanto o Município de Paredes como a Associação Parques das Serras do Porto mantêm os pareceres desfavoráveis àquela exploração. Questionou o Presidente da Câmara sobre o seguinte: Qual a sua posição sobre este assunto enquanto autarca, sabendo-se que a declaração de impacto ambiental é vinculativa? Quais foram as principais questões de discordância apontadas pelo Município a este projeto? Como vê a redução da área abrangida pela possível exploração limitando-se apenas ao Concelho de Paredes? Qual será a posição do Município de Paredes caso o estudo de impacto ambiental seja positivo?
- 2- Referiu ter verificado que houve na Assembleia um interessante trabalho de 15 anos e manifestou a sua preocupação quanto aos dados negativos referentes aos valores da



exportação em relação ao concelho vizinho. Inquiriu o Presidente da Câmara quanto ao que pensa fazer em relação aos dados do poder de compra? Observou que Paredes é na área Metropolitana do Porto o Concelho com o índice de poder de compra mais baixo facto que certamente não deixará de preocupar o Presidente da Câmara, facto que acontece também com a água e saneamento.

- 3- Relativamente à delegação de competências, alertou para as muitas queixas de alguns municípios relativas aos centros de saúde do Concelho pelo que defendeu que seria importante e pertinente saber-se se existem de facto problemas neste setor ou nos outros com vista à sua resolução.
- 4- Elogiou a atuação do Conservatório de Música de Paredes no concerto com Jorge Palma e aproveitou para questionar o Presidente da Câmara quanto ao que prevê como casa para o Conservatório de Música de Paredes que deve ser muito valorizado, para poder formar os seus alunos?

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à exploração mineira, adiantou que não foi ainda emitido o estudo de impacto ambiental e que a posição tomada pela Câmara de Paredes foi idêntica à posição tomada pela Associação Parque das Serras do Porto. Observou que foi emitido parecer desfavorável à exploração mineira e que o estudo de impacto ambiental terá que contrariar na totalidade os argumentos apresentados pela Associação Parque das Serras do Porto para esse projeto poder avançar. No que diz respeito à redução da área, disse parecer-lhe natural, pois que, a principal jazida que a empresa pretende explorar é na Sobreira, mas que, talvez por uma questão de menos rigor, vieram apanhar um bocado de Penafiel e de Gondomar. Observou que nem mesmo a área de Paredes apontada à exploração seria a área a explorar e que decerto, por uma questão de concorrência, quiseram pôr uma área maior. Garantiu que o executivo está atento, que emitiu um parecer negativo e que está em articulação com o Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira, tendo já sido ouvidas as partes e emitidos os devidos pareceres. Disse aguardar com serenidade o estudo de impacto ambiental que analisará com toda a atenção para ulterior decisão. Quanto ao poder de compra, lembrou que a principal indústria do Concelho é a indústria do mobiliário que se tem tornado cada vez mais sofisticada e com produtos de maior valor acrescentado. Revelou que está a ser instalada no Município outro tipo de indústria como a indústria metalomecânica de precisão e que não tem qualquer dúvida de que o panorama do



baixo poder de compra vai ser alterado. Acrescentou que, quer na indústria de mobiliário, quer na metalomecânica, os vencimentos são hoje em dia superiores ao que eram no passado pelo que os novos estudos mostrarão uma realidade diferente em relação aos últimos 15 anos. Sublinhou que atualmente e infelizmente toda a gente está a perder poder de compra dadas as alterações dos preços dos bens devido à guerra existente na Europa. No que concerne à delegação de competências, informou que Paredes foi dos primeiros municípios a aceitar as competências no âmbito da saúde porque está sempre aberto a contribuir para a resolução dos problemas dos munícipes. Adiantou que uma das dificuldades existentes nos centros de saúde, nomeadamente nos Centros de Saúde do Sul do Concelho tem a ver com as consultas ao domicílio, pelo que a Câmara colocou viaturas municipais à disposição dos centros de saúde para colmatar essa necessidade. Revelou que também existe já o compromisso da ARS para a colocação mais viaturas ao serviço dos centros de saúde através do PRR. Garantiu que o executivo não deixará de estar atento, assim como à substituição de pessoal por motivo de baixa logo que estejam disponíveis os Assistentes Operacionais dada a flexibilidade agora existente. Observou que dadas as férias escolares, há a possibilidade de o Município poder alocar aos centros de saúde assistentes operacionais afetos às escolas o que não acontecia no ano passado. No que concerne ao apoio para o Conservatório de Música, revelou que o espaço que não serve nem à Junta de Freguesia nem ao Conservatório foi objeto de um estudo. Acrescentou que brevemente, com o apoio da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia vai lançar um concurso para a adjudicação do estudo de arquitetura para se saber da funcionalidade do edifício, até com uma área mais abrangente. Justificou que o objetivo é dotar aquele espaço que muito diz ao Conservatório que lá se quer manter, de condições condignas, quer para a Junta de Freguesia quer para o próprio Conservatório de Música. Adiantou que o Conservatório de Música não está esquecido, que vai ser feita a adjudicação do estudo de arquitetura para que o Município fique munido de uma ferramenta que lhe permita, através do PRR ou no próximo QCA 2030, avançar com as obras de requalificação daquele edifício.

E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foram encerrados os trabalhos sendo dezoito horas e quinze minutos.

E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.





E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe da Divisão Administrativa a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.



Baptista Pereira, Dr.



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

4- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2022/04/30

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Górcex Rocha	CDS-PP			
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP			
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures of the President, 1st Secretary, and 2nd Secretary]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

5- ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2022/05/27

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD			X
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures of the President and Secretaries]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

6- MODIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VANDOMA (N.º 157/2019)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Trácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD			
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP			
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP			
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP			
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures of the President and Secretaries]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

7- RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CRISTELO (N.º94/2022)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD			
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Góreez Rocha	CDS-PP			
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP			
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP			
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

Maria Luísa Tadeu

Sora Castro

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

8- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A FREGUESIA DE GANDRA PARA A REALIZAÇÃO DA 19ª EDIÇÃO DO "TORNEIO RUI BARROS"

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

9- ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE BALTAR PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO "NOITE BRANCA"

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento do titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu

Sara Daniela Silva Castro

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

10- ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE BALTAR PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO "NOITES DE VERÃO 2022"

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Assinatura]

[Assinatura]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

11- ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SOBROSA PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA QUINHENTISTA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures of the President and Secretaries]

FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25**

12- PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO EM QUE É REQUERENTE JOAQUIM FERREIRA ROCHA & FILHO, LDA. - PROCESSO N.º 7/21PER

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD			X
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD			X
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD			
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD			X
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP		X	
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP		X	
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP		X	
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A			X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD			X
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures of the President and Secretaries]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

13- PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO EM QUE É REQUERENTE CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. - PROCESSO N.º 15/19PER

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD			X
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD			X
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD			
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD			X
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP		X	
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP		X	
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP		X	
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A			X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS			
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD			X
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento do titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures of the President and Secretaries]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

14- FREGUESIA DE BALTAR - PEDIDO DE RECONHECIMENTO E INTERESSE PÚBLICO DO "ALARGAMENTO E MELHORAMENTO DA RUA DE RAMOS NA FREGUESIA DE BALTAR"

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

15- ALTERAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇOS MUNICIPAIS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS			
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD			X
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD			X
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD			X
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD			X
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP			X
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP			X
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP			X
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A			X

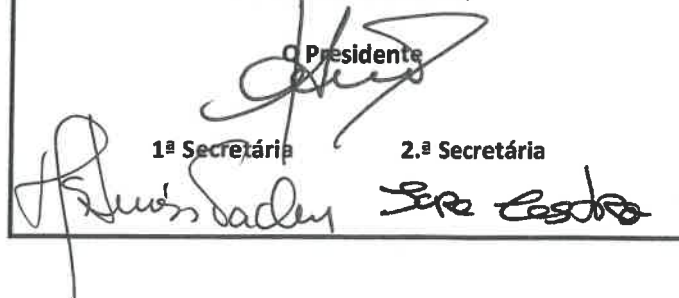
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS			
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD			X
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			X
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente
1.ª Secretária
2.ª Secretária



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

16- ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS			
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD			X
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD			X
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD			X
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD			X
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP			X
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP			X
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP			X
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A			X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			X
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			X
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

Presidente
1.ª Secretária
2.ª Secretária

[Handwritten signatures]

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2022/06/25

17- VERSÃO FINAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS			
Daniela Alexandra Coelho de Sousa a)	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Coelho Ribeiro a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD			X
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD		X	
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD		X	
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD		X	
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSSD		X	
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP		X	
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP		X	
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP			
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A			X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria de Sá Pinto Vieira da Silva b)	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD			X
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD		X	
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

[Handwritten signatures of the President, 1st Secretary, and 2nd Secretary]